

MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DA INFORMALIDADE

DANILO REGIS DA CUNHA¹
EMANUELLE ALÍCIA SANTOS DE VASCONCELOS²
JULIANA PATRÍCIA ALVES PEREIRA³
IVAN TARGINO MOREIRA⁴

Resumo

No Brasil, a heterogeneidade das características ocupacionais e das relações entre os agentes econômicos permite o reconhecimento do perfil básico das atividades informais. Este artigo tem como principal objetivo analisar os determinantes da inserção no mercado de trabalho informal nas macrorregiões brasileiras de 2007 a 2009. A análise será feita através da observação de algumas características dos indivíduos utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Conclui-se que as mulheres, os idosos, aqueles com menor experiência profissional e nível de qualificação, no setor agrícola, e aquelas que recebiam seguro-desemprego, tiveram maior participação no setor informal. Verifica-se, portanto, a importância das políticas de emprego e de educação voltadas à redução da informalidade e os efeitos das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Setor informal. Desemprego. Características.

ABSTRACT

The heterogeneity of occupational characteristics and the relations between economic agents in Brazil allow the recognition of these basic profiles of informal activities. The

aim of this paper is to examine the determinants of inclusion in the informal labour market in Brazil's macroregions from 2007 to 2009. The analysis will be done through the observation of some characteristics of individuals using data from the National Household Sample Survey (PNAD). It follows that women, the elderly, those with less experience and skill level, in the agricultural sector and those receiving unemployment insurance had greater participation in the informal sector. There is, therefore, the importance of employment and education policies aimed to reduce informality and the regional inequalities effects.

Keywords: Informal sector. Unemployment. Characteristics.

JEL: J01; J08; J18; E26

1 Introdução

O cenário macroeconômico nacional, na década de 1990 e no início dos anos 2000, foi marcado por profundas transformações, como a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, a abertura da economia, a estabilização monetária, entre outras (SANTOS, 2007). Como consequência, sobretudo, para o mercado de trabalho, houve uma realocação setorial do emprego, com crescimento dos postos de trabalho no setor de serviços. Esse crescimento não se deu apenas com o aumento do número de trabalhadores formais, mas, sobretudo, com aumento do número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho informal.

A elasticidade do emprego em relação à atividade econômica que esteve baixa nos anos 1990, devido aos efeitos negativos da abertu-

¹ Mestrando em Economia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: daniloregisc@hotmail.com

² Mestranda em Economia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: emanuel-lealicia@hotmail.com

³ Mestranda em Economia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jupatricia22@hotmail.com

⁴ Pós-Doutor pela Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne (2004). Integra o comitê multidisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e é Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ivantarginomoreira@yahoo.com.br

ra comercial e financeira sobre o mercado de trabalho, apresentou entre 2004 e 2008 uma magnitude mais elevada. Beneficiada por uma situação internacional favorável, a economia do país vem crescendo moderadamente, repercutindo no mercado de trabalho, que mostra sinais de recuperação com a geração de um número significativo de postos de trabalho acompanhada por um processo visível de formalização do emprego (LEONE, 2010).

Mas, a elevada informalidade tem sido uma das características estruturais e históricas no mercado de trabalho brasileiro. Diversos conceitos ou definições de trabalho informal são adotados nas análises econômicas, uma vez que as transformações nas definições decorrem de mudanças conjunturais e estruturais pelas quais vem passando as economias no decorrer do tempo.

Segundo Kon (2004), algumas características presentes nas definições de informalidade se adaptam de modo mais adequado a economias que se encontram em fase mais atrasada no processo de desenvolvimento. A autora afirma ainda que não é possível mais tratar a economia informal como um “eufemismo” para a pobreza, uma vez que suas ocupações são formas específicas de relacionamento de produção, enquanto que a pobreza está relacionada com a deficiência no processo de distribuição de renda.

As modificações nos conceitos de informalidade vêm se sucedendo constantemente, acompanhando as transformações nas economias mundiais que levam a reformulações nas características das atividades informais. No setor informal brasileiro, a heterogeneidade das características das ocupações e das formas de relação entre os agentes econômicos permite o reconhecimento do perfil básico destas atividades.

O setor informal pode ser caracterizado pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Ainda podemos caracterizar o setor

pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas. Além dessas, outras características do setor informal podem ser destacadas, tais como: facilidade de entrada, propriedade individual ou familiar do empreendimento, processos produtivos intensos em trabalho por meio de tecnologia adaptada, atuação em mercados não regulamentados e a condição de ilegalidade da atividade, a qual não é oficialmente registrada perante o governo. Kon (1992) destaca que as forças que ampliaram a informalidade no Brasil se originaram com o processo de industrialização por substituição de importações, no final da década de 50. Apesar da utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra neste período, o processo de substituição de importações contribuiu para ampliar as oportunidades de ocupações, que surgiram, por um lado, como complementação às demais atividades e, por outro, como resultado do aumento médio dos rendimentos dos assalariados, que tinha como consequência o aumento no consumo de bens e serviços.

Neste período de industrialização por substituição de importações o processo de crescimento da participação dos trabalhadores no mercado de trabalho informal é condizente com a abordagem do Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre informalidade. Este afirma que, do lado da oferta de trabalhadores, o crescimento natural da força de trabalho urbana se acelerou com a vinda de trabalhadores provenientes das áreas rurais. Porém, grande parte desses trabalhadores não encontrou ocupações em empresas urbanas, o que fez surgir uma série de ocupações com baixos níveis de produtividade e que dependem das oportunidades que o mercado oferece para criar renda. Logo, o setor informal passa a ser definido como uma alternativa, sendo este determinado pelo excedente de mão-de-obra.

Um conceito mais atualizado de informalidade é delimitado a partir de unidades econômicas orientadas para o mercado, sobressaindo-se o fato de que o detentor do negócio exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado, de posse de instrumentos de trabalho e com ajuda de trabalho familiar ou de alguns ajudantes, não existindo separação entre as atividades de gestão e de produção (CACCIAMALI, 1983 e 2000). Esta definição está mais próxima da atual condição do mercado de trabalho brasileiro em um contexto microeconômico, no qual se ressalta a necessidade de transformações produtivas e organizacionais, onde reina o processo de terceirização dentro de empresas capitalistas, conduzindo a novas formas de inter-relações entre os mercados formal e informal.

Diante dessa breve conceituação do que vem a ser o mercado de trabalho informal, este artigo tem como principal objetivo analisar o que determina a inserção no mercado de trabalho informal em cada uma das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), para os anos de 2007, 2008 e 2009. A análise será feita através da observação de algumas características individuais dos trabalhadores do setor informal do país, a saber: sexo, experiência profissional, idade, tamanho da família, raça e nível de qualificação (anos de estudo).

Além desta introdução, este artigo é composto por mais quatro seções. A segunda seção dedica-se a fazer uma revisão de literatura, onde serão citados alguns autores que apresentam abordagens teóricas com relação ao mercado de trabalho informal. Na terceira seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração deste artigo. Na quarta, será feita a análise empírica das características dos trabalhadores do setor informal. Na quinta, será feito um breve esboço de algumas políticas voltadas para a redução da informalidade no país. Por fim, na última seção, serão discutidas as conclusões com relação à presente pesquisa.

2 Revisão de literatura O conceito de informalidade ainda não se apresenta de forma unânime. Uma multiplicidade de estudos acerca do tema levou ao surgimento de formas distintas de se compreender o termo “informalidade”, de modo que definir o que se está denominando de “informal” do ponto de vista conceitual ainda não é uma tarefa simples.

Vários significados podem ser observados quando se considera a compreensão do termo. Tal compreensão varia de acordo com a opinião pública, opinião da academia e dos formuladores de políticas públicas. Krein e Proni (2010) sugerem que a partir das transformações econômicas e de reordenamento institucional, o estudo acerca da informalidade passa a ser considerado a partir de diferentes perspectivas: a) observando a sua importância na geração de ocupações; b) considerando-a como expressão da rigidez da legislação trabalhista; c) denunciando-a pela precariedade e insegurança que traz para o mundo do trabalho; d) enxergando-a como um fato inexorável da transição para uma sociedade de serviços; e e) entendendo que há um “processo de informalidade” implícito na reorganização econômica contemporânea. Para os autores essas perspectivas não devem ser vistas antagonicamente, mas sim como diferentes formas de expressar o posicionamento dos diferentes interlocutores que discutem a informalidade.

Analisando-se a evolução das definições acerca do “Setor Informal”, pode-se dizer que a primeira definição oficial foi apresentada em 1972 com a publicação de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a economia do Quênia. De acordo com Silva *et al* (2002), o estudo destacava a existência de dois tipos de mercado de trabalho: a) um setor formal, caracterizado por atividades que apresentavam dificuldades à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade pessoal, operando em mercados

amplos e protegidos por cotas e tarifas, operando em grande escala, atividades que utilizam tecnologia moderna e intensivas em capital e mão-de-obra qualificada; e b) um setor informal, caracterizado pela inexistência de barreiras à entrada, recursos domésticos, propriedade individual, operando em pequena escala, atividades trabalho-intensivo, mercados competitivos e não regulados. A partir desse estudo, as atividades informais foram pensadas como formando um *setor*, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio (SALAS, 2003 *apud* KREIN e PRONI, 2010, p.9).

Já em 1978 o Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (PREALC) desenvolveu um estudo que passou a considerar o setor informal urbano como sendo uma manifestação do excedente de mão-de-obra nos países latino-americanos. Considerava-se que o setor formal era responsável pela determinação do nível de emprego e renda da economia e pela introdução do progresso técnico na produção. Do lado informal, via-se o setor como um “colchão amortecedor” que absorvia o excesso de mão-de-obra nas fases recessivas e liberava mão-de-obra para o setor formal na fase de crescimento. Assim, via-se o setor informal como sendo necessário para o bom funcionamento do setor formal.

A partir de tais estudos, pode-se dizer que a percepção acerca do termo informalidade passou a considerar aspectos mais complexos. Assim, na América Latina difundiram-se pelo menos duas abordagens sobre a informalidade, de acordo com Tokman *apud* Krein e Proni (2010): a) a primeira evidencia a existência de um excedente estrutural de mão-de-obra que pressiona o mercado de trabalho, tornando a oferta de “bons empregos” insuficiente; b) a segunda abordagem passa a considerar as mudanças na divisão internacional do trabalho na era da globalização,

a adaptação das empresas modernas diante de uma demanda instável e a adoção de medidas de “descentralização produtiva” associadas com a subcontratação de empresas e de mão-de-obra.

Quando se fala em informalidade é bastante comum fazerem associações com a questão da ilegalidade. Desse modo, para alguns autores o setor informal é compreendido como sendo sinônimo de ilegalidade. Visto sob esse prisma, o setor informal pode ser caracterizado como aquele setor que não paga os impostos federais ou municipais e que principalmente não cumpre a legislação trabalhista. De outro lado, alguns autores procuram explicar a informalidade como sendo o resultado da rigidez, da morosidade, da burocracia e dos altos custos inerentes ao processo de formalização. Nesses termos, o setor informal pode ser definido a partir de atividades não legalizadas, que não cumprem as regulamentações fiscais, financeiras, cambiárias e outras. Toma-se a condição de ilegalidade como resultado da incapacidade dos ocupados assumirem gastos com registros, tributos e outras despesas trabalhistas. Em outras palavras, essas atividades podem ser denominadas economias subterrâneas, paralelas, invisíveis ou negras (KON, 2004). Sendo assim, a ilegalidade se constitui na principal característica da informalidade, tendo como causa determinante do crescimento do setor informal a excessiva regulamentação burocrática por parte do Estado, o que faz surgir um processo de sonegação fiscal e corrupção (TANZI, 1982).

A partir de 1991 a questão da informalidade passa a ser rediscutida, devido às transformações da ordem mundial, caracterizadas pela transição de economias socialistas para o modelo de economia de mercado. Assim, na 78ª Conferência Internacional do Trabalho promovida pela OIT, elaborou-se um relatório intitulado “O dilema do setor não estruturado”. Tal dilema consistia

em eliminar gradualmente as atividades informais e ao mesmo tempo aproveitar o potencial do setor em termos de geração de ocupação e renda para uma parcela da população menos favorecida. Assim, ficava evidente a preocupação da OIT em eliminar as situações extremas de exploração e das condições de trabalho desumanas, buscando disseminar políticas voltadas para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores menos favorecidos.

Durante a década de 90, seguiram-se as dificuldades em se chegar a um consenso acerca do termo informalidade, com uma padronização internacional do método de classificação das atividades econômicas tidas como informais e com uma compatibilização dos critérios de mensuração do fenômeno. Por outro lado, “[...] várias expressões da informalidade continuavam a se expandir em todos os continentes e, em simultâneo, aumentava a diversidade e heterogeneidade das atividades informais.” (KREIN e PRONI, 2010, p. 12).

Neste contexto, foi que em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, passou-se a reconhecer a importância social e política das atividades tidas como informais. Em termos conceituais, a grande novidade foi a aceitação do termo *economia informal*, onde se englobava toda a diversidade, complexidade e dinamismo inerentes às questões de informalidade. Agora não mais era considerada a existência de dois setores distintos: dever-se-ia observar que dentro de um mesmo país poderia existir distintos graus de formalização na estrutura econômica, que poderiam variar da total informalidade à total formalidade. Nestes termos, segundo Krein e Proni (2010), o objetivo das políticas públicas deveria ser a promoção do *trabalho decente*⁵ considerando-se os vários níveis de informalidade e formalidade, visando o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e o combate à discriminação.

À guisa de esclarecimento e em coerência com os objetivos da pesquisa, considera-se o trabalho informal da seguinte forma:

Embora não exista consenso na definição de informal, entende-se, em geral, que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas em comparação aos trabalhadores com emprego formal (aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado, seja através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público) e, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social. (LEONE, 2010, p.9).

Em meio a todo esse debate teórico, metodológico e conceitual acerca do termo informalidade, o que se apreende é que o principal objetivo da OIT é defender a existência de políticas públicas que visem a redução do hiato existente entre o padrão de emprego das atividades formais e as condições de trabalho das atividades informais.

Focando a análise no mercado de trabalho brasileiro, tem-se a elevada informalidade como uma das características estruturais e históricas. Segundo Leone (2010), na década de 1990 houve um aprofundamento da informalização do trabalho em quase todos os setores da atividade econômica como consequência da reestruturação produtiva ocorrida no país, que levou a cortes no efetivo de trabalhadores e à terceirização de atividades. Assim, pode-se dizer que o processo de terceirização da economia brasileira, levou a uma deterioração geral das relações de trabalho acompanhada de redução do assalariamento e crescimento dos empregos sem carteira.

Assim, as evidências empíricas fornecem indícios de que o processo de desenvolvimento da economia brasileira não tem gerado postos de trabalhos decentes para grande parcela dos trabalhadores brasileiros, o que conseqüentemente permitiu que os níveis de informalidade se mantivessem em patamares ainda considerados elevados. Ou seja, a estrutura ocupacional brasileira pouco se alterou nas últimas décadas. Sendo assim, faz-se necessário investigar o comportamento das ocupações informais, bem como o perfil dos trabalhadores, destacando as principais características que são determinantes ou não para a inserção do trabalhador na economia informal.

Trabalhando nesta mesma linha de pesquisa, pode-se destacar o trabalho de Leone (2010), *O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal*, onde o objetivo principal é traçar o perfil dos trabalhadores nas ocupações informais, considerando as dimensões de gênero e raça. Nesta pesquisa, procurou-se cruzar as dimensões de gênero e raça visando identificar as formas e a intensidade em que ocorre a segregação no mercado de trabalho brasileiro com relação às mulheres, aos negros e, especialmente, às mulheres negras.

Em comunhão com os objetivos dessa pesquisa, pode-se também destacar o trabalho de Cunha (2008), *Mercado de Trabalho na Paraíba: uma análise do setor informal*, onde o objetivo principal da pesquisa é investigar os determinantes do ingresso no setor informal no mercado de trabalho da Paraíba, examinando algumas características individuais dos trabalhadores desse setor, tais como: idade, gênero, residência setorial, horas trabalhada, grau de escolaridade e outros dados referentes à ocupação.

⁵ Entende-se por trabalho decente a promoção de emprego e ocupação com proteção social, respeito aos direitos e princípios fundamentais no trabalho e diálogo social, conforme definição da OIT que estipula que “trabalho decente é um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho” (ABRAMO, 2004 *apud* LEONE, 2010, p. 8).

3 Metodologia

Para a presente análise será utilizado uma amostra em corte transversal. Para estimar os impactos será utilizado o modelo econométrico *probit* através do qual serão estimados os impactos dos determinantes na escolha de participar ou não da força de trabalho, ou seja, um modelo em que a variável dependentes só assuma dois valores, sim ou não, sendo de natureza qualitativa. A variável dependente, *dummy* do setor informal, engloba as pessoas que trabalham sem carteira assinada (empregados sem carteira), empregados sem declaração de carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores domésticos sem declaração de carteira, trabalhadores não remunerados, os militares e funcionários públicos. As variáveis independentes utilizadas foram elencadas de acordo com a posição que o indivíduo ocupava no trabalho principal. Nas amostras, ficam de fora os empregados com carteira, trabalhadores domésticos com carteira, os que trabalham por conta própria, empregadores, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e os sem declaração.

A probabilidade que um evento ocorra é P_i = probabilidade de que $Y_i = 1$, que é a ocorrência do evento, e $(1 - P_i)$ = probabilidade de que $Y_i = 0$, ou seja, é a probabilidade que o evento não ocorra. Assim, se a variável dependente assumir $Y_i = 1$ o indivíduo está no setor informal, se $Y_i = 0$ não está no setor informal. Logo, o Probit é um modelo que tem as seguintes características: quando X_i aumenta, $P_i = E(Y_i | Y = 1)$ aumenta, mas nunca sai do intervalo 0 – 1; a relação entre P_i e X_i é não linear, isto é, “se aproxima de zero a taxas cada vez menores à medida que X_i se reduz, e se aproxima de 1 a taxas cada vez menores quando X_i aumenta muito” (GUJARATI, 2006).

A distribuição *probit* se aproxima de zero a valores cada vez menores de probabilidade de ocorrência do evento e de a valores cada vez

maiores de probabilidade de ocorrência do evento, por isso se faz necessário que a relação entre P_i e X_i não seja linear. Logo, $E(Y_i | X_i)$ é a probabilidade condicional de que o evento ocorra dado X_i , isto é, $Pr(Y_i = 1 | X_i)$, então a probabilidade deve se situar entre 0 e 1: $0 < E(Y_i | X_i) < 1$. Para usarmos o modelo Probit nos baseamos na teoria da utilidade, dado que os indivíduos são racionais, analisa-se o que os levam a escolher estar ou não na informalidade. Logo, para essa decisão utiliza-se um índice de utilidade I_i , que é determinado por variáveis explicativas $I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i$ e é dado pela FDP (Função de Densidade de Probabilidade):

$$f(Z) = \frac{1}{\sqrt{2\pi\sigma}} e^{-\frac{(Z - \mu_z)^2}{2\sigma^2}}$$

E quanto maior I_i , maior a probabilidade de participar da informalidade. E para observar a probabilidade de participar ou não do setor informal comparamos I_i com um nível crítico do índice I_i^* , o qual é probabilidade média de ocorrência do setor informal, que também segue uma distribuição normal $Z \sim N(0, \sigma^2)$. Dada essa premissa, a probabilidade de $I_i^* \leq I_i$ é:

$$P_i = P(Y = 1 | X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i)$$

$$f(Z) = \int_{-\infty}^{Z_0} \frac{1}{\sqrt{2\pi\sigma}} e^{-\frac{(Z - \mu_z)^2}{2\sigma^2}}$$

Então diante da equação de FDA (Função de distribuição acumulada) acima, o P representa a probabilidade de que um evento ocorra, por conseguinte a probabilidade acumulada de o indivíduo ir para o setor informal vai de $-\infty$ até I_i . Como é a probabilidade crítica, se $I_i^* \leq I_i$ o indivíduo tem grande probabilidade de esta no setor informal, a variável dependente assumiria 1, e se $I_i > I_i^*$, ocorre a probabilidade do indivíduo não se situar no setor informal, a variável dependente assumiria 0. Por

fim, para a análise do efeito marginal da probabilidade de participar ou não do setor informal utilizaremos a razão de chances, que é a probabilidade de participar ou não do setor informal, como a seguir:

$$\frac{P_i}{(1 - P_i)} = \frac{1 + e^{Z_i}}{1 + e^{-Z_i}} = e^{Z_i}$$

Como variáveis explicativas do setor informal foram incluídas variáveis binárias (*dummies*) referentes às características do indivíduo:

- SEXO: dado que o sexo do indivíduo influi em participar ou não do setor informal, logo se feminino $D = 0$, se masculino $D = 1$;

- RACA: podendo haver discriminação de contratação com carteira assinada no setor formal e as pessoas que sofrem tais preconceitos irem para a informalidade, assim se o indivíduo for branco $D = 1$, se não-branco $D = 0$;

- IDADE: é uma variável quantitativa que, à medida que aumenta a idade, revela a experiência profissional do indivíduo. Desta forma quanto mais nova a pessoa menor a experiência profissional e menor a chance de conseguir emprego formal e quanto mais avançada a idade dela, maior a chance de não entrar no setor informal dada a experiência profissional;

- IDADE2 (a idade do indivíduo ao quadrado): também foi incluída na regressão já que à medida que o indivíduo fica muito velho e que cai sua produtividade a chance dele ir para o mercado informal é maior;

- URB: é uma *dummy* de área urbana, pois averigua se a pessoa, por morar na área urbana $D = 1$, é mais provável a participar ou não da informalidade, desta forma se o indivíduo morar na área rural $D = 0$;

- MIG: *dummy* de migração averigua se as pessoas que vieram de outros estados, no período de até 5 anos antes do ano de referência, são os que mais participam do setor informal no ano de referência ou não, ou melhor, verifica se o fato de

“
**No ano de 2007
 as variáveis
 estatisticamente
 não significativas
 para a região Norte
 foram FUND2 e MIG
 bem como para a
 região Sul, FUND2 e
 RACA para a região
 Nordeste, MEDIO e
 MIG para a região
 Sudeste...**”

ser migrante contribui para o crescimento da informalidade no estado, portanto se migrante $D = 1$, se não-migrante $D = 0$;

As variáveis *dummies* referentes à qualificação do indivíduo foram escolhidas com o objetivo de ver quais são os níveis de escolaridade que determinam a ida para o setor informal são elas:

- FUND1: se possuir 7 anos de estudo $FUND1 = 1$ caso contrário $FUND1 = 0$;

- FUND2: indivíduos que possuem 11 anos de estudo $FUND2 = 1$ caso contrário $FUND2 = 0$;

- MEDIO: ensino médio, com até 14 anos de estudo $MEDIO = 1$ caso contrário $MEDIO = 0$;

- SUP: possuir nível superior com 15 anos ou mais de estudo $SUP = 1$ caso contrário $SUP = 0$;

Foram incluídas variáveis *dummies* referentes à característica de trabalho que influem a ida para a informalidade, sejam elas:

- IDAETRAB: é uma variável que diz com que idade o indivíduo começou a trabalhar;

- ANOSTRAB: é uma variável quantitativa em que consta o número de anos que o indivíduo esta no mesmo trabalho, podendo ser informal

ou não, já que se ele esta no emprego informal há grande probabilidade de ir novamente para outro informal;

- SEGURDESEMP: é uma variável *dummy* que vai dizer se o indivíduo recebeu ou não seguro-desemprego, portanto quem recebeu seguro-desemprego, $D = 1$, estava num emprego formal, e não recebeu seguro-desemprego, $D = 0$, não estava num emprego formal tendo grande tendência de ir novamente para outro informal.

- CARTEIRANT: variável *dummy* que abrange aqueles indivíduos que possuíam, $D = 1$, ou não, $D = 0$, carteira assinada no emprego anterior; os que não tinham, tem grande probabilidade de aceitar outro sem carteira assinada;

- PREVPRIVANT: é uma *dummy* de previdência privada, que diz a probabilidade de o indivíduo possuir ou não emprego formal, assim se tiver previdência privada $D = 1$, caso contrário $D = 0$;

Outras variáveis *dummies* de setor de atividade foram incluídas para averiguar quais setores do estado abrigam maior índice de informalidade, são elas:

- AGRI: se estiver no setor de atividade agricultura $D = 1$, caso contrário $D = 0$;

- IND: abrange outras atividades industriais, indústria de transformação e construção. Se estiver nesse setor $D = 1$ caso contrário $D = 0$;

- SERV: dos setores de comércio e reparação, alojamento e alimentação e transportes, armazenagem e comunicação. Se estiver nesse setor $D = 1$ caso contrário $D = 0$;

- ADM PUB: da administração pública. Se estiver nesse setor $D = 1$ caso contrário $D = 0$;

- SOCIAL: que abrange educação, saúde e pessoais. Se estiver nesse setor $D = 1$ caso contrário $D = 0$ e;

- OUTROS: que inclui serviços domésticos e outras atividades. Logo, se estiver nessa categoria $D = 1$ caso contrário $D = 0$.

Com isso objetiva-se observar em que setor de atividade se localiza a maior concentração de pessoas na

informalidade do estado. Foi imposta uma restrição à variável IDADE sendo utilizadas apenas pessoas com idade entre 18 e 70 anos com o fim de facilitar a estimação. Outras limitações foram feitas para a elaboração do trabalho tais como:

- Não se considera no presente estudo as pessoas que trabalham para consumo próprio;

- Não entram para a pesquisa os empresários do setor informal nem os que trabalham por conta própria;

- Consideram-se as pessoas ocupadas apenas no trabalho principal e;

- Considera-se apenas o estudo da zona urbana.

Por fim essas serão as condições do presente trabalho e as variáveis explicativas que determinarão a ida para a informalidade no mercado de trabalho nas regiões brasileiras. Será considerado na análise apenas a as variáveis estatisticamente significativas associadas a um grau de 95% de confiança.

4 Resultados

No ano de 2007 as variáveis estatisticamente não significativas para a região Norte foram FUND2 e MIG bem como para a região Sul, FUND2 e RACA para a região Nordeste, MEDIO e MIG para a região Sudeste e FUND2, MEDIO, SEGURDESEMP, URB e MIG para a região Centro-Oeste. Na Tabela 1 é possível verificar os sinais dos coeficientes para as variáveis que se apresentaram estatisticamente não significativas em pelo menos uma região. A variável RACA apresentou-se estatisticamente significativa apenas para as regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste com coeficiente negativo, o que indica que a raça de uma maneira geral não é variável determinante na ida do indivíduo para o setor informal, e pelo efeito marginal calculado os valores são -3,15% para a região Norte, -1,15% para a região Sul, -3,77% para a região Sudeste e -3,68% para a região Centro-Oeste de chances de ingresso no setor informal.

Tabela 1: Probit - Sinais dos coeficientes ano de 2007.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
RACA	-		-	-	-
FUND2				+	
MEDIO	-	-	+		
SEGURDESEMP	+	+	+	+	
URB	-	-	-	-	
MIG		+			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2007.

A variável de escolaridade FUND2 só se mostrou significativa para a região Sudeste e o efeito marginal para esta variável é de 3,24%. A variável MEDIO apresentou efeito marginal de -7,62 na região Norte, -10,97% na região Nordeste e -4,74% na região Sul. Com relação às características de emprego dos indivíduos, a variável SEGURDESEMP se mostrou estatisticamente significativa com coeficientes positivos para todas as regiões exceto a Centro-Oeste e pela análise do efeito marginal, as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste apresentam respectivamente 28%, 10,78%, 15,4% e 9,69% de chances de ida para o setor informal para os indivíduos que recebeu seguro desemprego.

Tabela 1.1: Probit – Probabilidades / ano de 2007.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
RACA	-3,15%		-1,59%	-3,77%	-3,69%
FUND2				3,24%	
MEDIO	-7,62%	-10,97%	4,74%		
SEGURDESEMP	28,07%	10,78%	15,40%	9,69%	
URB	-7,36%	-12,84%	-4,75%	-12,30%	
MIG		5,05%			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2007.

Conforme a Tabela 1.1, a variável URB para as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, possui sinal negativo e a variável MIG apresentou sinal positivo com probabilidade de 5,05% de chances de ida para o setor informal para o indivíduo migrante desde 2002. Para as demais variáveis estatisticamente significativas, é possível observar na Tabela 1.2 que os indivíduos que possuem nível superior, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, têm menores chances de ir para o setor informal assim como indivíduos do sexo masculino.

Tabela 1.2: Efeito marginal 2007.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
SEXO	-9,55%	-11,87%	-3,89%	-8,06%	-8,38%
IDADE	-2,87%	-3,76%	-2,46%	-2,35%	-2,61%
IDADE2	0,04%	0,05%	0,04%	0,03%	0,04%
FUND1	12,40%	8,71%	6,14%	6,62%	4,68%
SUP	-14,52%	-13,15%	-4,54%	-5,29%	-3,59%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2007.

A variável IDADE2, com sinal positivo, diz que com o avanço da idade o indivíduo fica menos produtivo e há, em média, 0,04% de chance de esse indivíduo ir para o setor informal. Com relação às variáveis que dizem respeito à experiência de trabalho do indivíduo na Tabela 1.3, verifica-se que aqueles que possuíam carteira assinada têm baixa probabilidade de ir para o setor informal, assim como os indivíduos que contribuíam para previdência privada.

Tabela 1.3: Efeito marginal 2007.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
IDADETRAB	-0,85%	-1,31%	-0,22%	-0,23%	-0,46%
ANOSTRAB	-0,97%	-0,96%	-1,02%	-0,74%	-0,86%
TAMFAM	0,74%	0,98%	0,55%	0,65%	0,73%
CARTEIRANT	-31,40%	-21,48%	-11,21%	-15,66%	-14,08%
PREVPRIVANT	-17,94%	-14,51%	-8,53%	-9,82%	-18,71%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2007.

Para as variáveis que dizem respeito ao setor de atividade na Tabela 1.4, verifica-se que os indivíduos que estavam empregados no setor agrícola possuem maior probabilidade de ingresso no setor informal. A probabilidade é baixa para os indivíduos empregados nos demais setores nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. No caso da região Nordeste, destaca-se a variável SOCIAL que abrange a área de educação, serviços pessoais e serviços de saúde.

Tabela 1.4: Efeito marginal 2007.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
AGRI	20,42%	18,11%	8,87%	5,54%	4,13%
IND	-21,60%	-17,21%	-20,48%	-15,81%	-14,53%
SERV	-21,82%	-18,33%	-17,61%	-15,08%	-16,35%
ADMPUB	-23,48%	-17,27%	-13,10%	-16,79%	-20,80%
SOCIAL	-23,64%	-21,83%	-16,88%	-16,47%	-19,42%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2007.

Para o ano de 2008 as variáveis estatisticamente não significativas para a região Norte foram MEDIO, SEGURDESEMP e MIG. Para a região Nordeste apenas a variável FUND2 foi estatisticamente não significativa, FUND2 e MIG para a região Sul, FUND2, MEDIO e MIG para a região Sudeste. A região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior número de variáveis estatisticamente não significativas, foram elas: RACA, FUND1, FUND2, MEDIO, MIG e AGRI. A Tabela 2 mostra os sinais dos coeficientes das variáveis que se apresentaram estatisticamente não significativas em pelo menos uma região.

A variável RACA apresentou-se estatisticamente significativa nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste e com comportamento semelhante ao ano de 2007 cujos coeficientes também foram negativos, ou seja, a raça de uma maneira geral não é uma variável determinante na ida do indivíduo para o setor informal, e pelo efeito marginal calculado os valores são -4,41% para a região Norte, -2,88% para a região Sul, -2,24% e -3,61 para a região Sudeste de chances de ida para o setor informal. A variável de escolaridade FUND1 se mostrou estatisticamente significativa com sinal positivo para as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste o que implica dizer que os indivíduos com apenas 7 anos de estudo tem mais chances de ingressar no setor informal. A variável FUND2 se mostrou significativa apenas para a região Norte do país com coeficiente positivo o que implica que indivíduos com apenas 11 anos de estudo também estão propensos à ingressar no setor informal.

Tabela 2: Probit - Sinais dos coeficientes ano de 2008.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
RACA	-	-	-	-	
FUND1	+	+	+	+	
FUND2	+				
MEDIO		-	+		
SEGURDESEMP		+	+	+	+
MIG		+			
AGRI	+				

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2008.

Na tabela 2.1 observa-se que os coeficientes também se mostraram positivos para a variável MEDIO na região Sul com 5,51%, SEGURDESEMP com os valores 13,33%, 8,58%, 10,87% e 11,86% para as regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste respectivamente, ou seja, quem estava recebendo seguro desemprego tinha mais chances de ir para o setor informal. A variável de migração apresentou 9,10% de chances de o indivíduo residente na região Nordeste e migrante de outro estado a partir de 2003 ir para o setor informal. E com relação aos setores de atividade, o trabalhador agrícola estava mais propenso a entrar no setor informal nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste com as respectivas probabilidades 12,99%, 15,1%, 9,73% e 3,03%.

Tabela 2.1: Probit – Probabilidades / ano de 2008.

<i>VARIÁVEIS/REGIÕES</i>	<i>NORTE</i>	<i>NORDESTE</i>	<i>SUL</i>	<i>SUDESTE</i>	<i>C. OESTE</i>
RACA	-4,41%	-2,88%	-2,24%	-3,61%	
FUND1	9,57%	6,21%	7,95%	6,11%	
FUND2	7,83%				
MEDIO		-6,72%	5,51%		
SEGURDESEMP		13,33%	8,58%	10,87%	11,86%
MIG		9,10%			
AGRI	12,99%	15,10%	9,73%	3,03%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2008.

Na Tabela 2.2 é possível verificar que as mulheres tiveram maior probabilidade de ida para o setor informal nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para os indivíduos com nível de escolaridade superior (SUP) a probabilidade é baixa exceto pelas regiões Sul e Sudeste. Observa-se na variável IDADE2, em média, 0,038% de chance de esse indivíduo ir para o setor informal, a idade que o indivíduo começou a trabalhar (IDADETRAB) exerceu pouca influência na ida para o setor informal.

Tabela 2.2: Efeito marginal 2008.

<i>VARIÁVEIS/REGIÕES</i>	<i>NORTE</i>	<i>NORDESTE</i>	<i>SUL</i>	<i>SUDESTE</i>	<i>C. OESTE</i>
SEXO	-9,85%	-12,95%	-4,83%	-8,10%	-10,22%
IDADE	-2,92%	-3,72%	-2,37%	-2,26%	-2,63%
IDADE2	0,04%	0,05%	0,03%	0,03%	0,04%
SUP	-14,91%	-12,15%	-2,46%	-4,15%	-10,33%
IDADETRAB	-0,81%	-1,34%	-0,18%	-0,50%	-0,65%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2008.

Na Tabela 2.3 verifica-se que o tamanho da família (TAMFAM) exerceu pouca influência na ida para o setor informal bem como e a quantidade de anos de trabalho que possui (ANOSTRAB). Para aqueles que possuíam carteira assinada e para os que pagavam previdência privada, configurou-se um cenário semelhante ao verificado no ano de 2007 com destaque para as regiões Norte e Nordeste. Para a variável URB, referente à zona onde os indivíduos residem, neste caso a zona urbana, é possível verificar que nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste a probabilidade de ingressar no setor informal é maior que nas regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 2.3: Efeito marginal 2008.

<i>VARIÁVEIS/REGIÕES</i>	<i>NORTE</i>	<i>NORDESTE</i>	<i>SUL</i>	<i>SUDESTE</i>	<i>C. OESTE</i>
ANOSTRAB	-0,81%	-0,97%	-0,91%	-0,86%	-0,95%
TAMFAM	0,79%	1,19%	0,60%	0,35%	0,67%
CARTEIRANT	-21,99%	-23,42%	-9,01%	-14,41%	-14,47%
PREVPRIVANT	-20,54%	-18,24%	-11,52%	-11,93%	-14,19%
URB	-7,58%	-12,46%	-2,98%	-8,95%	-4,42%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2008.

Quanto aos setores de atividade na Tabela 2.4, verifica-se que os indivíduos das regiões Norte e Nordeste que estavam empregados na administração pública e no setor social tiveram menores probabilidades de ida para o setor informal. Situação semelhante ocorreu para os indivíduos que trabalhavam na indústria e no setor de serviços nestas mesmas regiões. Nas demais regiões em todos os setores de atividades, as probabilidades de ida para o setor informal foram igualmente baixas. As regiões que apresentaram maiores chances foram indústria no Centro-Oeste, serviços, administração pública e social no Sudeste e administração pública no Sul.

Tabela 2.4: Efeito marginal 2008.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
IND	-21,30%	-17,52%	-19,76%	-16,84%	-13,72%
SERV	-21,26%	-18,38%	-17,68%	-15,32%	-16,37%
ADMPUB	-27,43%	-21,82%	-15,50%	-15,25%	-18,33%
SOCIAL	-27,96%	-22,24%	-17,56%	-15,81%	-17,41%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2008.

Na Tabela 3 observa-se que, no ano de 2009, as regiões Sul e Centro-Oeste com o maior número de variáveis estatisticamente não significativas. A variável de escolaridade FUND2, significativa estatisticamente para as regiões Norte e Nordeste, apresenta sinal positivo o que mostra que o indivíduo que possuía apenas 11 anos de estudo estava mais propenso a ingressar no setor informal com 4,95% e 4,18% de chances respectivamente. Já para a variável MEDIO os sinais são negativos implicando numa menor probabilidade do indivíduo ir para o setor informal com 14 anos de estudo com -10,27% para a região Norte, -10,01% para a região Nordeste e -4,24% para a região Sudeste como pode ser verificado na Tabela 3.1.

Tabela 3: Probit - Sinais dos coeficientes ano de 2009.

VARIÁVEIS/REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
FUND2 +	+				
MEDIO -	-	-			
SEGURDESEMP +	+		+	+	
URB -	-	-	-	-	
MIG	+	+			
AGRI +	+	+	+	+	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Os sinais para a variável SEGURDESEMP são positivos para as regiões com significância estatística nesta variável, ou seja, os indivíduos que recebiam seguro desemprego tinham maiores chances de ir para o setor informal, com destaque para a região Centro-Oeste com 19,58%.

Tabela 3.1: Probit – Probabilidades / ano de 2009.

VARIÁVEIS/REGIÃO	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
FUND2	4,95%	4,18%			
MEDIO	-10,27%	-10,01%		-4,24%	
SEGURDESEMP		18,11%	13,39%	13,41%	19,58%
URB	-7,20%	-13,22%	-2,87%	-9,08%	
MIG		7,90%		3,77%	
AGRI	21,76%	20,28%	13,23%	9,24%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Na Tabela 3.2 observa-se que RACA e a IDADE possuem respectivamente, em média 2,71% e de 2,55% de chances de ir para o setor informal. A variável IDADE2 que indica a perda de produtividade com o avanço da idade do indivíduo, apresentou média de 0,034% de chances de ida para o setor informal.

Tabela 3.2: Efeito marginal 2009.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
SEXO	-10,02%	-13,29%	-5,67%	-8,16%	-9,10%
RACA	-4,74%	-2,03%	-1,47%	-3,18%	-2,13%
IDADE	-2,18%	-3,32%	-2,58%	-2,30%	-2,48%
IDADE2	0,03%	0,04%	0,04%	0,03%	0,03%
FUND1	11,99%	13,52%	7,51%	8,34%	7,41%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

A variável de escolaridade FUND1 mostra que há uma maior chance de ir para o setor informal para aqueles indivíduos que possuem apenas sete anos de estudo, em especial na região Nordeste e na região Norte. Conforme a Tabela 3.3, para a variável de escolaridade SUP, as chances são menores para os indivíduos que possuem ensino superior e residiram nas regiões Norte e Nordeste, de ingressar no setor informal. Ocorre para as regiões Sul e Sudeste que, apesar de apresentarem coeficiente negativo, ainda assim implica numa probabilidade maior de ingresso no setor informal mesmo com nível superior.

Tabela 3.3: Efeito marginal 2009.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
SUP	-12,63%	-11,82%	-5,03%	-6,31%	-8,28%
IDADETRAB	-0,74%	-1,31%	-0,30%	-0,42%	-0,70%
ANOSTRAB	-1,12%	-0,95%	-0,70%	-0,75%	-0,83%
TAMFAM	0,66%	0,88%	0,74%	0,50%	0,34%
CARTEIRANT	-23,17%	-23,13%	-7,50%	-11,76%	-15,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

As variáveis IDADETRAB e ANOSTRAB se mostraram com baixa probabilidade de que a idade que o indivíduo começou a trabalhar e a quantidade de anos que ele trabalha determine a ida para o setor informal. O tamanho da família (TAMFAM) com sinal positivo implica que se a família for grande, há uma probabilidade mesmo que baixa de que o indivíduo ingresse no setor informal.

Tabela 3.4: Efeito marginal 2009.

VARIÁVEIS/REGIÕES	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	C. OESTE
PREVPRIVANT	-14,59%	-20,22%	-8,93%	-8,62%	-14,87%
IND	-24,50%	-18,67%	-18,79%	-15,25%	-15,10%
SERV	-24,10%	-18,97%	-17,68%	-15,01%	-18,01%
ADMPUB	-22,23%	-20,53%	-13,05%	-13,74%	-14,15%
SOCIAL	-25,13%	-20,11%	-15,15%	-15,79%	-14,34%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

O maior destaque se deu na variável CARTEIRANT para os que possuíam carteira assinada. Todos os sinais foram negativos e as maiores chances de não ingressar no setor informal devido a esta variável estavam nas regiões Norte e Nordeste. No caso do Sul, verifica-se que mesmo que o indivíduo tivesse carteira assinada, as chances dele aceitar um emprego sem carteira assinada seria maior do que nas demais regiões. Por fim, na Tabela 3.4 verifica-se que para o indivíduo que pagava previdência privada (PREVPRIVANT) as chances de ingresso no setor informal eram menores nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Quanto aos setores de atividade, todos apresentaram baixa probabilidade de ida para o setor informal, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

“

Conforme análise realizada neste artigo, observa-se que o Seguro-desemprego contribuiu para o aumento da informalidade, principalmente, nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

”

5 Políticas de emprego e informalidade

As políticas voltadas para o mercado de trabalho ganharam força nos anos noventa, principalmente devido à elevada preocupação do com crescimento do desemprego, que atinge com grande intensidade os trabalhadores mais jovens, com educação média e fundamental incompleta, as mulheres e os trabalhadores não-brancos (MORETTO, 2010).

Com isso, é importante verificar em que medida a implementação de políticas dirigidas ao mercado de trabalho, que visam melhorar a situação ocupacional dos trabalhadores, também contribuem para a redução da informalidade e na promoção de igualdade de oportunidades com maior atenção aos grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho. Essas políticas dirigidas ao mercado de trabalho têm como objetivos: melhorar o funcionamento do mercado de trabalho; proteger a renda do trabalhador; auxiliá-lo a encontrar um novo emprego; e facilitar o ajuste entre oferta e demanda de trabalho.

Entre as principais políticas de mercado de trabalho implantadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estão: Seguro-desem-

prego; Serviço Público de Emprego; Qualificação Social e Profissional; Programas de Geração de Emprego e Renda; Política de Economia Solidária.

5.1 Seguro-desemprego

O Seguro-desemprego foi implantado no Brasil em 1986, mas só veio a ter importância após a constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1990. O seguro tem como principal objetivo a assistência financeira temporária ao desempregado dispensado sem justa causa. Sendo assim, seguro-desemprego atende somente parte dos trabalhadores que estão no mercado de trabalho, ou seja, aqueles que trabalharam com registro em carteira e tenham sido demitidos pelo empregador sem justa causa. O contingente de trabalhadores inseridos em atividades informais não tem acesso a indenizações como aviso-prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), multa rescisória, férias vencidas e proporcionais, nem ao seguro-desemprego.

Conforme análise realizada neste artigo, observa-se que o Seguro-desemprego contribuiu para o aumento da informalidade, principalmente, nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Assim, verifica-se que uma política voltada diretamente para o trabalhador formal acaba influenciando sua inserção no setor informal, uma vez que o Seguro-desemprego surge como complementação de renda que o trabalhador terá direito caso esteja desempregado. Sendo assim, no período de duração do Seguro o trabalhador, para não perder seu benefício, poderá optar por trabalhar em atividades informais onde não há registro em carteira.

5.2 Serviço de intermediação pública de emprego

O serviço de intermediação de mão-de-obra foi instituído no Brasil em 1975 com a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine). A principal função desempenhada pelo

Sine é o serviço de intermediação da mão-de-obra, que visa facilitar a reinserção daqueles trabalhadores que estão desempregados e a inserção daqueles que estão em busca do seu primeiro emprego. Além disso, está entre seus objetivos propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego; prestar informações ao conjunto de empregadores sobre a disponibilidade de recursos humanos; fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra para elaboração de suas programações; estabelecer condições para a adequação entre a demanda de postos de trabalho e a oferta de força de trabalho, em todos os níveis de capacitação.

Sendo assim, ressalta-se que políticas de empregos voltadas para intermediação da mão-de-obra reduz a possibilidade de inserção no setor informal. Estas fornecem informações de emprego tanto para os empregadores, que terão informações com respeito ao perfil dos trabalhadores desempregados, quanto para os empregados que poderão ter informações sobre os setores que estão com maior oferta de trabalho.

5.3 Qualificação Social e Profissional

A política de Qualificação Social e Profissional foi criada em meados dos anos 40 devido à preocupação com a qualificação profissional e a necessidade de formar pessoal mais especializado para atender às exigências da industrialização brasileira. A qualificação profissional ganhou evidência nos anos 90 após a criação do FAT, que possibilitou uma fonte de recursos permanente para a aplicação em políticas de mercado de trabalho.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), também criados na década de 40, configuraram-se no primeiro movimento de formação de pessoal especializado para atender à demanda de mão-de-obra

qualificada. Desde então, o chamado “sistema S” (Senai/Sesi, Senac/Sesc, Serviço Nacional de Formação Rural Profissional (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (Senat), e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)) tem sido um dos principais mecanismos de formação profissional qualificada, juntamente com as escolas técnicas vinculadas ao sistema educacional formal.

Partindo-se da idéia de que um maior nível de qualificação é um dos determinantes para a não inserção do indivíduo no setor informal, conforme resultados observados nesta pesquisa, onde se verificou que a maioria das pessoas que possuem o ensino superior e boa qualificação profissional tem pouca propensão a participar do mercado de trabalho informal.

5.4 Programa de Geração de Emprego e Renda

A criação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) em 1994 foi uma tentativa a mais na direção do enfrentamento ao desemprego. O Proger concede crédito para micro e pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção, e iniciativas de produção do setor informal, normalmente com pouco ou nenhum acesso a crédito para a geração de emprego e renda. A oferta desse crédito é feita por meio dos agentes financeiros do programa que são instituições públicas de crédito, a saber: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A partir de 1995 passou-se a fornecer crédito também para o setor rural, primeiramente no Proger Rural e depois o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para o custeio e investimento das atividades agrícolas.

Com isso, verifica-se que aqueles trabalhadores que estão desempregados, por muitas vezes, encontraram

“
Nestes termos, conforme observado na análise, viu-se que dentre as características individuais do trabalhador, o fato de ser, principalmente, do sexo feminino e jovem, apresentam maior propensão a participar do setor informal. Estes, portanto, encontram nas organizações...

”

no mercado informal um meio de vida, o que ressalta a importância das políticas de geração de emprego e renda tanto no sentido de criar postos de trabalho formais como no sentido de criação de renda.

5.5 A Política de Economia Solidária

Para Moretto (2010), o movimento da economia solidária surge como uma alternativa de enfrentamento à exclusão do mercado de trabalho do segmento de trabalhadores com baixa qualificação e pouca experiência, bem como das mulheres, jovens e negros. A economia solidária procura dar condições a esses trabalhadores de auferirem alguma renda por meio de uma ação coletiva voltada para a produção de bens ou o fornecimento de serviços às famílias e empresas, especialmente por meio da constituição de uma cooperativa. A Economia Solidária é definida por Singer (2003) como as formas de organização econômica que estimulam a solida-

riedade entre os membros mediante a prática da autogestão.

Outra forma de organização são as Organizações Econômico-Populares (OEPs). Estas se caracterizam por não terem investimento em capital, mas simplesmente o uso da força de trabalho dos associados. Desenvolvem-se nos setores populares, são iniciativas associativas organizadas de acordo com determinados objetivos, e buscam combater os problemas pela ação direta, com o esforço coletivo e recursos próprios.

Nestes termos, conforme observado na análise, viu-se que dentre as características individuais do trabalhador, o fato de ser, principalmente, do sexo feminino e jovem, apresentam maior propensão a participar do setor informal. Estes, portanto, encontram nas organizações coletivas e cooperativas uma forma de obter rendimentos por meio de suas habilidades.

6 Conclusão

Pode-se concluir que para um indivíduo participar do setor informal dependerá de algumas características, sejam elas individuais como idade, escolaridade, características relacionadas ao trabalho; sejam elas variáveis estruturais como seguro desemprego e carteira assinada e ao setor de atividade que essa pessoa participa. Com relação às características individuais, conclui-se que os indivíduos do sexo feminino são os que mais participam do setor informal. Os indivíduos com menor experiência profissional, dada menor idade, são os maiores participantes do setor informal, e no caso das pessoas mais velhas, estas participam da informalidade porque perdem produtividade com o avanço da idade e não encontram emprego no mercado de trabalho formal.

O tamanho da família exerce pouca influência na ida para o setor informal, bem como a raça que se mostrou um parâmetro significativo apenas para o ano de 2009. Em relação ao grau de escolaridade dos indivíduos, vê-se que a maioria das pessoas

que possuem o ensino superior não participa do mercado informal, e para os indivíduos que possuem apenas o ensino fundamental, estes apresentam maior probabilidade de participarem do setor informal. A idade a qual os indivíduos começam a trabalhar não exerceu grande influência, chegando a apresentar efeito negativo para o ingresso no setor informal. Os indivíduos que permanecem mais tempo em um mesmo emprego se mostraram menos propensos a ingressarem na informalidade.

Com relação às características estruturais, aqueles que pagaram previdência privada também se mostraram menos propensos a irem para a informalidade. Em situação contrária, estavam aqueles indivíduos que recebiam seguro-desemprego. O fato de o indivíduo ter ou não carteira assinada em um emprego anterior não está relacionado ao fato de fazer parte do setor informal. No entanto, verificou-se que a probabilidade de quem teve carteira assinada em um emprego anterior não participar do setor informal teve uma redução, e as maiores probabilidades de não participação foram nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para o ano de 2007 para a região Norte. Dentre os setores de atividade, o que mais abrange pessoas ocupadas na informalidade é o da agricultura. Nos demais setores, portanto, verificou-se baixa probabilidade de participação no setor informal. Por fim, o fato de ser migrante exerce pouca influência na participação no setor informal, bem como a condição de que a pessoa resida na região urbana.

De acordo com o exposto, verifica-se que as pessoas que estejam nas situações das variáveis elencadas, encontraram no mercado informal um meio de vida. Portanto, ratifica-se a importância das políticas de emprego e da educação e qualificação da mão-de-obra através de mais escolas profissionalizantes e melhores condições de educação no país, de modo a dirimir os efeitos das desigualdades entre os indivíduos e regiões.

7 Referências

ABRAMO, L. apud LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil. p.8. Brasília, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, n.3)

CACCIAMALI, Maria Cristina. **O setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983.

CACCIAMALI, Maria C., SILVA, Gilvanir B.; MATOS, Franco de. Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In: OLIVEIRA, Marco A. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: IE – Unicamp, 1998.

CACCIAMALI, Maria Cristina, **Globalização e processo de informalidade**. São Paulo, 2000. Texto para Discussão N°01/2000, IPE/USP.

CUNHA. Danilo Régis. **Mercado de Trabalho na Paraíba: uma análise do setor informal**. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IBGE, PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/> Acesso em: 13 jan. 2009.

KON, Anita. **A Produção Terciária**. São Paulo: Editora Nobel, 1992.

KON, Anita. **Diversidades nas condições de informalidade**. Encontro ANPEC 2004, São Paulo: PUC/SP, 2004.

KREIN, José Dari.; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escri-

tório da OIT no Brasil. Brasília, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, n.4).

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, n.3)

MORETTO, Amilton José. **Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: a experiência recente**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, n.1).

OIT BRASIL. **Organização Internacional do Trabalho**. Escritório no Brasil. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>> Acesso em: 09 mai. 2011.

SALAS, C. apud KREIN, José Dari.; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2010. p. 9. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho, n.4)

SANTOS, Loraine Meneses. **Diferencial de rendimentos entre o setor de serviços formal e informal: o caso do nordeste do Brasil nos anos de 1992 e 2005**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SILVA, Jorge Luiz Teles *et al.* **A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal**. Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Salvador, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

TANZI, Vito. **The Underground Economy in the United States and Abroad**, New York: Lexington Heath Works, 1982.